2

Que estradas percorremos? A Estrada do Pai e os Caminhos de Chão

A pergunta que nomeia este capítulo – que estradas percorremos? – é, na verdade, a pergunta que orienta esta dissertação, se entendermos as estradas como as direções individuais de cada paciente na vida ou, ainda, como aquelas tomadas pelos clínicos em sua prática. Aqui, ambas as possibilidades nos interessam, visto que muitas vezes a estrada do paciente depende de modo fundamental daquela que seu analista tomou. Do lado do analista, o compromisso é pesado e, sobretudo, ético. Do lado do paciente, a estrada percorrida é caminho de vida ou de apagamento.

Foi Lacan quem chamou a atenção para o termo *estrada* em seu seminário sobre as psicoses (Lacan, 1955-6), utilizando-se desta imagem e da significação a ela aportada para que pudéssemos discutir a função do significante do Nome-do-Pai, a idéia do que é ter um significante primordial, que orienta a cadeia de significações. Desta maneira, ele nos fala, de um lado, da *estrada principal* e, de outro, das pequenas trilhas, das vias laterais.

A estrada principal é algo que existe em si e que é reconhecido imediatamente. Quando vocês saem de uma trilha, de um bosque, de uma via lateral de pedestre, de um pequeno caminho vicinal, sabem logo que ali é a estrada principal. (...) É que a estrada principal é um sitio em torno do qual não só se aglomeram todas as espécies de habitações, de estâncias, mas também que polariza, enquanto significante, as significações. (Lacan, 1955-6, p. 327-328)

A direção deste trabalho será a de nos aproximar das estradas do Pai que possuem essa função polarizadora que reúne as significações,

característica daquilo que Lacan denomina igualmente de função paterna. Sobre as propriedades desta estrada e desta função, Lacan nos diz: “Um pai pode encarnar a função paterna, mas a função não se confunde com o personagem”⁹. A partir daí, pensaremos os caminhos possíveis através das outras vias, as laterais, que neste capítulo chamaremos de *caminhos de chão*.

Que seria *a estrada do Pai*? Que queremos apresentar com esse nome? De saída, é preciso dizer que é justamente *de um nome* que se trata quando falamos no Pai. O Pai é aquele que nos dá o nome, que nos oferece a raiz, que nos liga a uma história, a uma família, que nos faz sentir ligados, que nos faz ser parte de alguma coisa, “pura fé na tradição, (...) no simbólico” (Idem, p.562).

Dito de outro modo, esse *Pai* em termos freudianos de que falamos é o *Nome-do-pai* lacaniano, e seguir seus caminhos nada mais é do que acreditar que esses são os caminhos naturais e corretos a trilhar, visto que há uma crença, uma ficção em torno deste pai como sendo aquele que detém as chaves das portas com que esbarraremos vida a fora.

A tese de Lacan, conhecida como forclusão do Nome-do-Pai seria, justamente, a vida sem essa função paterna: “O que há de tangível no fenômeno que se desenrola na psicose é que se trata da abordagem pelo sujeito de um significante como tal e da impossibilidade dessa abordagem” (Lacan, 1955-6, p.360). Sendo assim, perguntamos: como seria possível estar no mundo sem essa conexão, sem esse sentimento de que há, em algum lugar, alguém que sabe o caminho a seguir? Sem essa potência polarizadora da estrada principal,

⁹ E ainda: “O Nome-do-Pai diz respeito apenas à função paterna” e, finalmente, “O Nome-do-Pai é o pai morto de *Totem e Tabu*; é o pai como elemento de incerteza essencial, pura fé na tradição ou em outros termos, no simbólico” (Lacan, 1966, p. 279 e 562, respectivamente *apud* Vieira, 2007).

o que tornaria possível passar pelos caminhos de chão? Como seguir na vida sem o norte da significação?

Diante dessas perguntas sobre o caminho na clínica, poderíamos dizer que o analista precisa respeitar as estradas possíveis de cada um de seus pacientes, e que, para tanto, será necessário sustentar que não é sempre na estrada principal que encontramos a boa direção.

Este capítulo será dedicado a traçar um caminho através de alguns conceitos que nos serão fundamentais para sustentar as concepções que acabamos de expor assim como a discussão que se seguirá. A intenção será a de apresentar, em termos lacanianos, as metáforas paterna e delirante.

Nossa direção será a de, portanto, apontar as bases para a estrada *do pai*, para lançarmos a questão sobre aquilo que permite o caminhar pelas vias colaterais, caminhar esse que vemos tão frequentemente na clínica e que não admite ser encaixado na *versão hegemônica* do psicótico delirante.

2.1 Metáfora

Vemos que a metáfora se coloca no ponto exato em que o sentido se produz no não-senso.

Uma palavra por outra, eis a fórmula da metáfora, e, caso seja você poeta, produzirá, para fazer com ela um jogo, um jato contínuo ou um tecido resplandecente de metáforas.
Jacques Lacan (1966b, p.512 e 510)

Não há como pensar um trabalho sobre os modos de estabilização verificados na clínica da psicose, a partir do ensino de Lacan, sem, necessariamente, passar pelo termo *metáfora*. Etimologicamente, ele deriva da palavra grega *metaphorá* onde *meta* significa *sobre* e *pherein* significa

transporte (Ceia, C.). É, portanto, a idéia de transporte, de transferência, que funda o sentido comum do termo metáfora. Dito de outro modo, entende-se em geral a metáfora como um processo em que o sentido literal de uma palavra sofre um desvio, passando a ganhar um sentido figurado, um sentido que, até então, não lhe pertencia. Para tanto, faz-se necessário que o sentido primeiro seja rejeitado ou pelo menos acrescido, em prol deste outro sentido revelado pelo processo metafórico.

A idéia de metáfora foi amplamente utilizada na psicanálise por Jacques Lacan, uma vez que ele valorizou as referências lingüísticas para abordagem da experiência analítica. Foi ele que, ao trabalhar sobre textos freudianos como a *Interpretação dos sonhos* (Freud, 1900) afirmou que o “inconsciente é estruturado como uma linguagem”, ou seja, que o inconsciente, em sua estrutura, é isomorfo da linguagem. Para ele, isso se percebe já no próprio texto de Freud, ainda que este não o formule assim. Freud fala em processos inconscientes chamados de *deslocamento* e *condensação*, com os quais Lacan estabelece uma equivalência: o deslocamento seria a metáfora, e a condensação a metonímia (Arrivé, 1999).

Pensando a estrutura do inconsciente como uma linguagem, podemos tomar as falas – material de trabalho de todos os analistas – como textos a serem lidos. A metáfora, para Lacan, certamente é uma dessas ferramentas neuróticas, a partir da qual o sujeito pode *se precipitar* e aparecer de um modo menos explícito.

A definição lacaniana de metáfora é a de que ela é a substituição de um significante por outro significante que, quando da sua assunção, traz consigo novos caminhos de sentido.

Eis agora a estrutura metafórica, que indica que é na substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão. (Lacan, 1966, p.519).

Poderíamos relacionar, com Fink (1998), o axioma lacaniano – que define o sujeito como sendo aquilo que se precipita entre dois significantes – com a metáfora, já que a estamos definindo como algo que surge da substituição de um significante por outro. Sendo assim, o sujeito seria o que na fórmula da metáfora (s'/s +) Lacan chama de “sentido”, “efeito de significação”, localizando-o com o sinal +. Nesse processo de substituição de um significante por outro, algo de caráter novo se cria, justamente porque algo se desata e a conexão que parecia estabelecida se desfaz. Logo, a metáfora e também o sujeito, para sustentar nossa aproximação, trazem consigo a idéia de uma estrutura maleável, que permite substituições e mesmo criações. É, nesse sentido, que poderíamos dizer que “a metáfora cria o sujeito” (Fink, 1998, p.94)¹⁰.

Em que essa aproximação nos interessa? Se o “lampejo criativo da metáfora” é o sujeito, é através da construção dessas metáforas e da substituição de umas por outras que o sujeito pode ir alterando sua posição frente ao mundo. E ela se coloca, como disse Lacan, no “ponto exato em que o sentido se produz no não-senso” (1966b, p.512), ou seja, a metáfora

¹⁰ “Como movimento arrojado ou precipitação, o sujeito surge entre dois significantes da mesma forma que o “lampejo criativo da metáfora irrompe entre dois significantes”(…) Em outras palavras, o lampejo criativo da metáfora é o sujeito; a metáfora cria o sujeito. Todo efeito metafórico é então um efeito de subjetividade (e vice-versa)” (Fink, 1998, p.94).

funciona como uma simbolização do real¹¹, ela é um nome para aquilo que não conseguimos nomear.

A metáfora supõe que uma significação seja o dado que domina, e que ela inflete, comanda o uso do significante, tão bem que toda a espécie de conexão preestabelecida, diria lexical, se acha desatada. (Lacan, 1955/56, p.249).

Lacan afirma, portanto, que a partir da estrutura metafórica, ao substituir um significante por outro, temos a produção de um *efeito de significação*, que não é qualquer um, ou seja, é efeito *de criação* ou *poesia*, o que nos coloca diante de algo inédito porque desata uma conexão antes preestabelecida, e fazendo isso nos coloca diante do próprio sujeito e de sua possibilidade de produzir para si algo mais tolerável, algo que lhe seja possível nomear. Se é assim, seria viável estar no mundo sem essa ferramenta? Uma ferramenta que dizemos ser a própria representante de uma manifestação subjetiva? Ela deverá ser reservada unicamente ao sujeito neurótico?

Vale dizer que quando se diz que na psicose há uma *falta* de metáfora, isso não significa que o sujeito psicótico não faça metáforas lingüísticas.

¹¹ O Real de que falamos aqui é aquele que faz parte da tripartição conceitual estipulada por Lacan – Real, Simbólico e Imaginário – e, a partir da qual, ele revê toda a obra de Freud. Para Lacan circunscreve-se a experiência a “três registros que são exatamente os registros essenciais da realidade humana” (Lacan, 1982, p.4). Esses três registros constituem, pois, o aparelho psíquico. Para introduzir a questão é importante dizer que esses três registros se definem tendo como referência o simbólico, cuja estrutura é a mesma da linguagem e cujo suporte é o significante do Nome-do-Pai (em termos freudianos falamos em *Complexo de Édipo/Castração*). De modo pontual poderíamos dizer que o real é aquilo que está fora do simbólico, que não pode ser simbolizado. O imaginário é tudo que diz respeito à imagem do corpo sem a mediação da palavra, nesse campo as relações humanas estão reduzidas à especularidade, o que faz com que as diferenças entre sujeito e outro, como semelhante, sejam anuladas; em outras palavras aqui o eu se torna sinônimo do outro.

Veremos que a questão deverá ser deslocada para os mecanismos específicos da psicose e da neurose¹². Dessa forma, será possível partir da idéia de que há metáfora possível na psicose. Neste sentido, trabalharemos o conceito de metáfora delirante e procuraremos pensar sobre o texto do paciente psicótico buscando construir diferentes formas de estabelecer um fluxo da cadeia significante que fora rompida, sem necessariamente ter que contar com as ferramentas neuróticas.

2.2 Metáfora Paterna

De que se trata na metáfora paterna? Há, propriamente, no que foi constituído por uma simbolização primordial entre a criança e a mãe, a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante, no lugar da mãe.

Jacques Lacan (1957-8, p.186)

A metáfora paterna é um conceito que foi bastante revisitado por Lacan desde a sua criação na década de 50. Neste momento, quando foi elaborada, seguia a trilha freudiana do Complexo de Édipo e da castração como eventos simbólicos responsáveis pela estruturação da cadeia significante¹³. Posteriormente em seu ensino já é possível notar um outro olhar para este conceito tão central em sua teoria.

¹² “Partindo da definição do sintoma como metáfora, passamos facilmente para a definição diferencial da psicose. A psicose e seus fenômenos, assim como os da neurose, têm uma estrutura de linguagem, mas o sintoma psicótico não é uma metáfora. Aí está a grande e simples diferença (...) que fornece a chave da clínica diferencial: num caso a metáfora, e no outro, a ausência dela. (Soler, 2007, p. 195)

¹³ Conjunto de significantes que compõem a estrutura da linguagem e que se organizam em torno de um significante fundamental, o Nome-do-Pai.

Desse modo, para falarmos do lugar da metáfora paterna, é importante dialogar com o fato de que como todo conceito vivo ele precisou ser reeditado. Vamos, pois, traçar um pequeno caminho que nos levará de um ponto a outro na sua evolução conceitual, sempre nos valendo do que essa mudança trouxe para a clínica.

Quando Lacan aborda a metáfora paterna na década de 50, no Seminário sobre as formações do inconsciente (Lacan,1957-8), ela é apresentada de modo absolutamente atrelado ao Complexo de Édipo: “Não existe a questão do Édipo quando não existe o pai, e, inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do pai” (idem, p.171). Logo, estamos no campo da função do pai, do pai como o terceiro elemento que surge intervindo de modo absoluto e necessário na relação fusional entre a mãe e a criança.

É essa intervenção que vem impedir que a criança continue a ser objeto de gozo da mãe e possa aceder à categoria de ser *um*, não mais o mesmo, mas outro: “O pai intervém em diversos planos. Antes de mais nada interdita a mãe. Esse é o fundamento, o princípio do Complexo de Édipo, e é aí que o pai se liga à lei primordial da proibição do incesto” (idem p.174). Podemos dizer, portanto, que a metáfora paterna é aquilo que representa o pai no discurso da mãe e o Nome-do-Pai é justamente o instrumento da metáfora, aquilo a que a mãe evoca marcando que ela também está submetida à lei, que ela também tem suas limitações e, finalmente, que seu desejo passa por outro lugar que não mais exclusivamente seu filho.

A posição do Nome-do-Pai como tal, a qualidade do pai como procriador, é uma questão que se situa no nível simbólico. Pode materializar-se sob as diversas formas culturais, mas não depende como tal da forma cultural, é uma

necessidade da cadeia significante. Pelo simples fato de vocês instituírem uma ordem simbólica, alguma coisa corresponde ou não a função definida pelo Nome-do-Pai (Lacan, 1957-8, p.187).

A partir deste momento pode-se dizer que se inaugura a entrada da criança na ordem simbólica, pois como diz Lacan a *posição do Nome-do-Pai* é uma *necessidade da cadeia significante*. A intervenção do Nome-do-Pai coloca a lei no lugar do Outro, lugar até então ocupado onipotentemente, sem lei, pela mãe¹⁴.

Esse Outro de que falamos segue certas especificidades da nomenclatura lacaniana, ele é o grande Outro e seu campo pode ser definido ora como cultura, ora como discurso universal, como lei, como desejo, embora de algum modo essas definições estejam interligadas: “A lei primordial é aquela que ao reger a aliança superpõe o reino da cultura ao reino da natureza (...) Essa lei, faz-se conhecer suficientemente como idêntica a uma ordem de linguagem” (Lacan, 1966d, p.278-9)¹⁵. O Outro é pois a *linguagem* que nos precede, o *discurso universal* com tudo que já foi dito, a *verdade* que funciona como terceiro, como referência comum a todo diálogo que mantemos. Em suma, o Outro possui sempre uma dimensão de exterioridade em relação ao sujeito: “presença fundadora, radicalmente estranha e, ao mesmo tempo, íntima” (idem, ibidem).

¹⁴ Vale frisar que os tempos descritos aqui da relação da criança com seus pais não são tempos cronológicos, mas sim lógicos. O que significa dizer que concretamente não há um tempo sem pai ou apenas um tempo de mãe.

¹⁵ “De uma maneira geral o Outro é ‘aquele com quem se joga sua partida crucial’. Ele é um parceiro, mas de uma partida essencial, decisiva. Caso mantenhemos a analogia com o jogo de cartas ele será tanto o parceiro que aposta comigo, ou contra mim, quanto a banca” (Vieira, 2005, p. 101).

Essa escansão que se abre com o pai, com esse nome que passa a figurar o discurso da mãe, introduz a idéia da presença de uma ausência, que Lacan chama de *falo*. A ausência a que nos referimos aqui é a da completude, e a presença é a do furo, que em outras palavras é a simbolização do Real. Logo, se o pai detém o falo isso significa dizer que ele não está mais entre mãe e filho (completude) e, sendo assim, entre eles passa a figurar o furo. O furo é, pois, fundamental para sustentar a cadeia, o neurótico se apóia no falo, ou dito de outro modo, em sua presença ausente que, por ser assim, é chamado por Lacan de *significante da falta*, cuja função é a de “sustentar uma falta (um furo na imagem)” (Lacan, 1966 *apud* Vieira, 2007 a). Todo esse processo de entrada na ordem simbólica foi chamado por Lacan em seu seminário sobre as formações do inconsciente (Lacan, 1957-8, p.185) de *Três tempos do Édipo*, que nós retomaremos aqui:

No primeiro tempo do Édipo a criança se identifica com o falo, objeto de desejo da mãe, sendo ela neste estágio o Outro caprichoso e onipotente, não marcado pela falta. Nesse momento a questão que se coloca é ser ou não ser o falo. A esse tempo segue-se um segundo onde a lei da castração se inscreve, operação simbólica que instaura um terceiro termo entre a mãe e a criança, ou poderíamos também dizê-lo assim: operação simbólica que instaura um *não*, na forma de uma lei, que funda uma falta e abre, conseqüentemente, espaço para o desejo.

Na medida em que a etapa do segundo tempo é atravessada, é preciso então, no terceiro tempo, que aquilo que o pai prometeu seja mantido. Ele pode dar ou recusar, posto que o tem, mas o fato de que ele, o pai, tem o falo, disso ele tem que dar provas. É por intervir no terceiro tempo como aquele que tem o falo, e não que o é, que se pode produzir a báscula que reinstaura a instância do falo

como objeto desejado da mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privar (Lacan, 1957-8, p.200).

O terceiro tempo traz assim o falo como objeto de desejo e não mais como aquilo de que se pode ser privado; logo a partir desse momento temos um sujeito, cujo gozo, agora “desterrado do corpo”, “banido para o exterior”, passa a ser propriamente um gozo fálico, “fora-do-corpo”, o que instaura um tempo de desejo, “experiência exclusiva dos seres falantes” (Souza, 1999, p.10). O Nome-do-Pai é, então, o significante que vem garantir com o *não* a ausência necessária à fluidez da cadeia significante¹⁶.

O terceiro tempo do Édipo inaugura uma nova pergunta: ao invés de ser ou não ser o falo, a questão agora é tê-lo ou não tê-lo. Inicia-se o jogo das identificações em que o menino buscará, como o pai, ter o falo e a menina tomando-o como objeto de amor e representante dos demais objetos substitutos buscará nele aquilo que sabe não ter diante mão (Lacan, 1957-8).

Sendo assim, essa travessia do Complexo de Édipo permite a inscrição da falta e a entrada no jogo de identificações da vida e o Nome-do-Pai é o elemento central desta trajetória. Elemento central, instrumento da metáfora paterna, ele nomeia o vazio enigmático do Desejo da Mãe como sendo o falo¹⁷. Essa nomeação, essa significantização do falo localiza, restringe o gozo

¹⁶ Em francês a palavra *não* – *non* – é homofônica à palavra *nome* – *nom*. E, teoricamente, também podemos nos valer desta homofonia pois o *Nome-do-Pai* é o *Não* do Pai (Coutinho Jorge & Ferreira, 2005, p.52). Mas sendo o não do pai uma limitação ao gozo da mãe, ele acaba por ser também um sim: a possibilidade de gozo do filho.

¹⁷ Para Lacan o pai é fruto da metáfora paterna: “o pai é uma metáfora”, ou seja, “o pai é um significante que substitui um outro significante. Nisso está o pilar, o pilar essencial, o pilar único da intervenção do pai no complexo de Édipo. E não sendo neste nível que vocês procuram as carências paternas, não irão encontrá-las em nenhum outro lugar” (Lacan, 1957-8, p.180).

da mãe e proporciona ao neurótico uma medida comum, uma realidade possível de ser compartilhada com os seus semelhantes.

Que é o pai? Não digo na família, porque, na família ele é tudo o que quiser, é uma sombra, é um banqueiro, é tudo o que tem de ser, ele o é ou não é, o que às vezes tem toda a sua importância, mas também pode não ter nenhuma. A questão toda é saber o que ele é no complexo de Édipo. (...)

O pai é um pai simbólico (...). O que lhes trago hoje, justamente, dá um pouco mais de exatidão à idéia de pai simbólico. É isto: o pai é uma metáfora (Lacan, 1957-8, p.180).

É assim que temos uma metáfora paterna: *o pai é uma metáfora*, não é uma pessoa, mas um “ponto de ancoragem para o sujeito” (Souza, 1999, p.11-2)¹⁸.

2.3 Metáfora Delirante

É a falta do Nome-do-Pai nesse lugar que, pelo furo que abre no significado, dá início à cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante.

Jacques Lacan (1966a, p.584)

A metáfora delirante pode ser definida como uma operação conseqüente daquilo que Lacan chamou de *acidente no registro simbólico*, como uma conseqüência da forclusão do significante primordial em torno do qual a

¹⁸ “Mas a essa característica de pai como nome, une-se ainda uma outra, a de pai como nomeante” (Souza, 1999, p.11-2). Essa função de nomeação, veremos mais à frente, se dissociará no ensino de Lacan do Nome-do-Pai: “(...) reduzo o Nome do Pai à sua função radical que é a de dar nome às coisas, com todas as conseqüências que isso comporta” (Lacan, 1974-5, p.46), o que permitirá pensarmos que outros significantes poderão exercer esta mesma função que nesta outra formatação talvez não tragam mais consigo as características metafóricas.

cadeia da linguagem se estrutura. Ou seja, se como nos diz Lacan: “É no Nome-do-Pai que se deve reconhecer o suporte da função simbólica que, desde o limiar dos tempos históricos, identifica sua pessoa com a figura da lei. (Lacan, 1966d, p.279)”, se é assim temos com a forclusão a falência da lei, lei edípica, lei fálica.

A *Verwerfung*¹⁹ será tida por nós, portanto, como *forclusão* do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado Nome-do-Pai, pode pois responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica (Lacan, 1966a, p.564).

Na ausência dessa significação fálica nota-se a errância e “até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante” (Lacan, 1966 a, p. 584), uma espécie de avalanche de significações se inicia, sem que nenhuma delas seja capaz de fixar um único sentido. O encontro com essa ausência da significação fálica se dá, pois, a partir do que Lacan chamou de encontro com Um pai, ou seja, quando há a necessidade de se responder com a crença quando algo na vida não faz muito sentido. Diante do vazio que a falta da crença produz verifica-se o que Lacan chamou de *catástrofe* subjetiva (Lacan, 1957-8) e a isso o psicótico responde com a

¹⁹ *Verwerfung* foi o termo utilizado por Freud, quando do trabalho sobre o caso do “Homem dos Lobos”, e que foi posteriormente traduzido por Lacan como *Forclusão*. Trataremos, ao longo da dissertação, de nos aproximarmos da definição e das conseqüências desse conceito para a clínica das psicoses.

certeza delirante que parece estabilizar a cascata de ressignificações incessantes²⁰.

Contudo, a operação que se observa é também a de uma significação; da ausência, é verdade, mas, ainda assim, a possibilidade de se substituir uma coisa por outra, mantém a estrutura metafórica pela via do imaginário. Todavia, o que temos não é exatamente esse processo de substituir um significante por outro, aqui o que ocorre é um significante se colocar num lugar em que não há nada, no lugar do caos pulsional, no lugar do real. Sendo assim, poderíamos ainda chamar essa operação de *metáfora*? O que talvez possamos sustentar é que se usamos o sentido restrito da metáfora tal como definida por Lacan como o que é produzido pela substituição de um nome por outro nome, talvez não possamos falar em metáfora. No entanto, isso também seria o caso da metáfora paterna que conjuga um significante, o Nome-do-Pai com o que Lacan designa Desejo da Mãe e que não é exatamente um significante.

No entanto, tanto a metáfora paterna quanto a delirante parecem construir ao menos dois nomes que envolvem o caos para, minimamente, poder lidar com efeitos do real. No caso da psicose, porém, a metáfora não foi capaz de disfarçar o real do mesmo modo que na neurose. Ele escapa e se manifesta, ainda que o mundo do psicótico passe a ser mais habitável.

O importante não é que a similaridade seja sustentada pelo significado – cometemos o tempo todo esse erro –, é que a transferência do significado não é possível senão em virtude da própria estrutura da linguagem.

²⁰ Seria importante ressaltar que essa operação delirante não se estrutura sempre. Muitas vezes vemos a constituição de uma primeira idéia delirante que não evolui para algo mais organizado como o delírio.

implica uma metalinguagem ela já é metalinguagem de seu registro próprio. (...) A transferência do significado, de tal forma essencial à vida humana, só é possível em virtude da estrutura do significante. (Lacan 1955/56, p.258).

Lacan sublinha, pois, que a transferência de significado, que depende da estrutura significante, é essencial à vida. Na psicose a estrutura significante está organizada de tal modo que o significante dito primordial está ausente; contudo sua presença importa apenas por presentificar o furo. Nesse sentido, o que a falta desse significante trará como consequência é, justamente, a impossibilidade do furo. Desse ponto de vista, com uma cadeia que não sustenta o fluxo (neurótico) de interrupções e continuidades, mas antes que esbarra num rompimento absoluto, algo desse “essencial à vida” parece ficar de fora. Retomando a questão central: como na psicose poderemos trabalhar para restabelecer um certo fluxo para essa cadeia?

É importante ressaltar que nem todo efeito de significação é capaz de constituir isso que estamos chamando de metáfora delirante. Ou seja, nem todo delírio pode oferecer ao sujeito que o produz efeitos mais estabilizantes que supomos encontrar com a metáfora delirante, efeitos de *ponto-de-chegada*, de *gozo refreado*²¹.

Com o que dissemos até aqui poderíamos pensar a metáfora delirante como uma operação que surge a partir da ausência de uma outra, a da metáfora paterna. Contudo, propomos trabalhar, ao contrário, a partir da premissa de que essas operações são *correlativas*.

²¹ “Quando se fala de idéia delirante, trata-se de um trabalho de significação, de um certo uso da palavra que o sujeito faz para tentar lidar com o real, favorecendo uma moderação do gozo, não mais do que isso. Quando se fala em metáfora delirante, trata-se de uma suplência, “ponto-de-chegada”, resultado de um longo trabalho de significação capaz de refrear o gozo. Somente neste caso podemos falar de uma suplência” (Ferreira & Trópia, 2000, p. 144).

Embora saibamos da importância em fazer uma distinção entre elas, como fez Lacan ao longo de sua obra ao diferenciar o pai imaginário do pai simbólico, por exemplo, nosso trajeto será o de aproximar as duas operações, por acreditar que o que pode haver em comum entre elas nos interessa. Pretenderemos mostrar, assim, que esse funcionamento de ordem metafórica segue uma direção marcada pelo que viemos chamando de *estrada do pai*, mesmo a metáfora delirante, que funcionaria como o que Lacan chamou de uma *metáfora de suplência*. O que estamos dizendo é que iremos trabalhar com a hipótese de que ainda que com funcionamentos diferentes, metáfora paterna e metáfora delirante, seguem, uma pelo simbólico e a outra pelo imaginário, de algum modo o que entendemos como *estrada do pai* (Miller, 1996).

Logo, nosso argumento se propõe a aproximar essas duas operações para em seguida contrapô-las àquela que vem provocando nosso interesse, qual seja, a solução encontrada pelos pacientes psicóticos para atar a cadeia significativa, por um caminho que não se valha da unidade paterna.

A elaboração desse conceito data da década de 50 quando assistíamos no ensino de Lacan à primazia do simbólico. Isso significa dizer que, com a metáfora delirante, há possibilidade de se estruturar um trabalho de simbolização, um trabalho que opera sobre os significantes, o que pode vir a instaurar uma referência, em torno da qual o sujeito pode se localizar.

A metáfora delirante nos evidencia a possibilidade de um trabalho de simbolização, de trabalho sobre o significante que, adquirindo valor de inscrição primária, funda uma referência em torno da qual o sujeito se localiza no discurso do Outro. Com a metáfora falamos de uma operação de linguagem, e não de uma extração real como no ato. (Guerra, 2007, p.51)

É, pois nesse sentido, que identificamos isso que é *correlativo*, ou seja, ambos os processos metafóricos – paternos ou delirantes – atuam sobre o simbólico, sobre os significantes, constituindo a partir de então seus pontos de referências a partir de uma *operação de linguagem*.

No entanto, vale dizer que *correlativo* não é *equivalente*. A diferença fundamental diz respeito ao fato de a metáfora paterna caracterizar a estrutura neurótica e a metáfora delirante ser uma possível característica da psicótica. Já a semelhança, nós a encontraremos na busca pelo equilíbrio da cadeia, através do furo. O psicótico por não ter o furo, a ausência garantida pelo Nome-do-Pai, precisa construí-lo a partir do imaginário porque, como diz Lacan, não acredita em Papai Noel. E Papai Noel aqui, veremos, é justamente essa fé cega que nos faz conceber as coisas como elas são, Papai Noel é o significante organizador.

(...) todos vocês estão, e eu mesmo com vocês, inseridos nesse significante maior que se chama Papai Noel. Com Papai Noel, isso se arranja sempre, e direi mais, isso se arranja bem.

Trata-se de que no psicótico? Suponham alguém impensável para nós, um desses senhores de que nos contam (...) eram capazes de disciplinar-se até não crer no Papai Noel e convencer-se de que tudo o que se faz de bem acarreta um mal equivalente, e que, por conseguinte, não é preciso fazê-lo. Basta que vocês o admitam, ainda que fosse por um instante, para conceber que todas as espécies de coisas podem depender disso, que é fundamental ao nível do significante (Lacan, [1955-56], 1985, p.361).

O Outro paterno, que identificamos na operação da metáfora paterna, é poderoso porque muito plástico, ele é pura fé cega, é Papai Noel, é um ponto no infinito. Quando temos fé em um vazio (pai simbólico), tudo pode acontecer porque ele continua firme e a crença livre de abalos. O Outro do delírio, o da

metáfora delirante, também se faz de todo poderoso, mas porque é imaginário e não simbólico, e em sendo assim possui forma, rosto e comportamento definidos; enfim é por estar fixado a um ideal que ele não é fé cega e, por isso, acaba sendo menos dinâmico²².

Claro está que metáfora paterna e metáfora delirante não são equivalentes, mas o que nos interessará aqui é justamente o ponto em que elas se encontram ao produzir um Outro poderoso que, independente de ser simbólico ou imaginário, sustentará a cadeia significante. Finalmente em ambas as operações, há um elemento estabilizador da cadeia que se utiliza ou da unidade simbólica ou da unidade imaginária.

A teoria da psicose para Lacan é isso. Aos neuróticos-padrão (se é que existem como tais) uma solução-padrão: aceitar as representações básicas que o Outro lhe oferece e – jogando com elas – garantir um pé na realidade compartilhada. Aos psicóticos, a recusa da crença no Outro (que Freud chamou de *Unglauben* e que Lacan em certo momento chamou de Foraclusão) e sua dura partida com o Outro (...) não instituído, deslocalizado (Vieira, 2005, p.106).

Finalmente, como diz Vieira, os neuróticos-padrão jogarão a partida com as representações do Outro: fé cega em nome de uma realidade compartilhada. E os psicóticos, porque recusam este Outro, terão a partida mais radical com um Outro que para não ser absolutamente perseguidor

²² “Aceitar que o delírio também produz um ponto de basta nos afasta da crença de que para que haja texto de vida estável é obrigatória a crença em um saber maior, ponto de basta universal, Nome-do-Pai. Na psicose nenhuma das duas vertentes da crença funciona. Nem o pai que tudo sabe, nem o impotente. Nem um saber universal da tradição, que se aceita sem perguntar o porquê, nem a crença em um não-saber universal (...). De quebra, a psicose mostra como nossa certeza de que alguém em algum lugar sabe das coisas, apesar de tão operativa, é tão feita de nada” (Vieira, 2007).

precisa das vestimentas do imaginário. Assim, de qualquer modo, estamos falando de equações que buscam uma unidade.

2.4 A Grande Estrada

O que será que se passa quando não a temos, a estrada principal, e quando somos forçados, para ir de um ponto a outro, a adicionar os pequenos caminhos uns aos outros, os modos mais ou menos divididos de agrupamentos de significações? Para ir deste ponto àquele, teremos a escolha entre diferentes elementos da rede, poderemos fazer nossa rota assim ou assado, por diversas razões, comodidade, vagabundagem, ou simplesmente errar na encruzilhada.

Jacques Lacan (1955-6, p.329)

Estrada principal: assim Lacan nomeou a função do significante do Nome-do-Pai, por entender que, como ele, a estrada principal é aquela que polariza, que define tudo aquilo que está a sua volta, como um núcleo centrípeto. A estrada principal é a referência e, assim como o significante é o que determina o campo de significações, é ela – por ser *principal* – que designa o estatuto das demais estradas ou vias, ou ainda, que garante a sua existência. Numa reta rumo ao infinito, a principal; ao seu redor, todos os outros pequenos caminhos, os caminhos de chão.

Manda-se construir casas na estrada principal, e a casa ganha andares e se espalha sem outra função que a de estar a olhar a estrada principal. É justamente porque a estrada principal é na experiência humana um significante incontestável que ela marca uma etapa da história (Lacan, [1955-6] 2002:328).

Para Lacan, portanto, o significante que incorpora essa função de estrada principal é o Nome-do-Pai, ele é quem faria essa marca na história de cada sujeito. O que este significante, entendido como primordial, inscreve é,

como temos visto neste capítulo, um vazio estruturante²³, a castração como lei e, conseqüentemente, seus efeitos de significação, de organização simbólica. Dito de outro modo, o significante do Nome-do-Pai teria a função de situar um vazio, uma ausência.

A incidência dessa marca, desse significante, dá lugar à não-completude. O falo, o complemento, está alhures, o que nos aponta para a *não-relação*, para a impossibilidade de falarmos simplesmente em *dois*, pois entre um e outro há sempre uma falta intransponível. Essa falta, a que Lacan chamava *béance* (Lacan, 1960-61, p.85), ou como foi traduzida – *hiância* – é, portanto, a presença de uma ausência, representada pelo falo. De um lado estamos dizendo que não há um *rapport* universal, nada que garanta a relação, o encaixe. De outro, contudo, supomos que algo vá entrelaçar os corpos, que em alguma medida haverá união, haverá relação. E é essa suposição que Lacan chama de falo (Lacan, 1955-6, p.357-8). A relação possível é, pois, a que se sustenta na aposta de que em algum momento, em algum lugar, haverá completude. Nesse sentido, a medida da relação é, justamente, a falta.

Assim, a partir do falo como ausência impossível de significar, funda-se o sujeito capaz de desejar, pois uma vez incompleto, a busca através da estrada principal é o caminho que se apresenta para encontrar aquilo que cremos faltar. O norte desta estrada é estrategicamente esfumado: acreditamos que ele guarda aquilo que buscamos, e é esta ilusão que sustenta e dá sentido ao

²³ Cf. Lacan, 1962-3, p. 67.

“A falta é o que permite que haja pacto e limites, razão pela qual Lacan a define como um *vazio estruturante*. O apagamento da função-falta está longe de ser uma pacificação. Estar fora da falta é estar no angustiante regime do tudo ou nada, da equivalência entre todas as demandas” (Vieira, 2008, p.32).

caminhar. Contudo, lá aonde esperamos encontrar o complemento – o falo –, está, de fato, o furo²⁴.

O trabalho analítico vai, pois, na direção de se presentificar o falo como símbolo da falta e, uma vez o furo inscrito através da análise, o sujeito poderia parar de buscar aquilo que supostamente o completaria, como se estivesse diante de uma falta, uma vez que o lugar contingencial do furo já teria sido marcado.

Voltemos a esse *impossível de significar*. Lacan definiu a instauração da função paterna como *metáfora* paterna. Com isso, podemos avançar pensando que, no lugar dessa ausência impossível de significar vem um nome que a presentifica. Esta é toda a função da metáfora – um nome que ocupa o lugar daquilo que não foi dito e, ao fazê-lo, fixa, retém a significação. Contudo, a ausência permanece lá, relativamente disfarçada, mas sempre lá.

O saber neurótico organiza-se na trilha de uma filiação ao Outro. O neurótico inventa o Pai como sujeito suposto saber, acolhe o saber suposto ao Pai como herança e faz disso coisa sua. Seu saber tem um norte, obedece à regra, dobra-se à batuta do mestre, caminha no mesmo passo, dança conforme a dança de todo mundo. É um saber padrão, enraizado no senso comum e orientado pela norma fálica (Souza, 1999, p.83).

Essa é a estrada do neurótico, absolutamente transitável, porque disfarçada, alicerçada metaforicamente. Disfarce essencial que permite a existência do furo sem que, contudo, dele se tome conhecimento a todo momento. Logo, o Nome-do Pai é um furo (Lacan, 1975-6): “O Nome-do-Pai é exatamente isso, um furo. Só que no infinito. Por estar sempre além, nunca encontrado, é que ele estabiliza o Outro” (Vieira, 2007, p.1).

²⁴ Para melhor aprofundar este tema do furo, ver Miller (2002) e Vieira (1999).

A estabilização seria sustentada, então, pela infinitização da busca pelo furo. A grande estrada, iluminada pelo Nome-do-Pai, parece bem sinalizada. As indicações visam o infinito, apontam o norte. E seu percurso, sem grandes percalços, só é possível porque o norte nos parece familiar, é lá que está a herança do saber suposto ao pai que nos faz caminhar. A estabilização supõe, ao menos essa, um sentido de filiação.

O psicótico, porém, não transita por esta estrada. Para ele não há qualquer sentido de filiação: o Nome-do-Pai, significante agente da metáfora paterna, está foracluído da cadeia. Sem pai, sem estrada principal, sem a crença de que há, lá ao norte, uma herança a colher, o psicótico vai precisar inventar sozinho a sua solução: um saber original, inédito, avesso ao consenso (Souza, 1999, p.83).

A questão que se coloca a propósito das psicoses é saber o que acontece com o processo de comunicação quando, justamente, ele não chega a ser constitutivo para o sujeito. (...) tudo se centra, em suma, nessa dupla mensagem, sem dúvida, mas na dupla mensagem como dupla significação. É exatamente aí que o *sistema peca*, e justamente porque essa concepção negligencia o que o significante tem de constitutivo na significação. (Lacan, 1957-8, p.151).

2.5 As Estradas de Chão

(...) como fazem eles, aqueles que a gente chama os usuários da estrada, quando não há estrada principal e que se trata de passar por pequenas estradas para ir de um ponto a outro? Eles seguem os letreiros postos na beira da estrada. Isso quer dizer que, ali onde o significante não funciona, isso me põe a falar sozinho à beira da estrada principal.

Jacques Lacan (1955-6, p.330)

Mas, e quando não há a estrada principal? E quando não há a esperança renovada de que algo que nos pertence nos aguarda ao fim do percurso? E quando não há qualquer sentido ou ponto de referência que nos indique que direção perseguir? Ficamos, nesse caso, a falar sozinhos à beira da estrada? Quando se está na grande estrada sequer pensamos na possibilidade de seguir fora dela e, talvez por isso, não nos damos conta de que ao seu redor há também pequenas estradas de chão.

O percurso por estas estradas secundárias é claramente mais sinuoso e, por isso mesmo, muito instável. Na busca por outras formas de estabilização que possam dispensar a trajetória pela estrada principal, queremos apontar alguns caminhos pelas estradas construídas na psicose. Sabemos que na psicose o significante primordial, responsável pela organização da cadeia simbólica do sujeito, está *foracluso*, ou seja, a castração não opera nele seus efeitos de significação. Lá onde se deveria ter um furo, uma limitação à totalidade, tem-se, ao contrário, o excesso que, por não ter sido simbolizado, retorna violentamente no real, precisando ser subtraído, localizado ao menos para que a realidade que constrói para si possa se manter de pé. É a forma de sustentar essa realidade que nos interessa pensar: como mantê-la de pé, sem o furo, em torno do qual, nas palavras de Vieira (1999), o mundo pode girar?

Uma vez que a ordem do mundo está constituída, é preciso que algo indique que há um furo nesta ordem, pois é em torno deste que o mundo poderá girar, fazendo o mundo vivo, habitado pela metonímia da falta-a-ser. Esta é a função do falo, segredo que o psicótico desconhece. Não lhe faltam elementos para construir uma realidade consistente, ao contrário, ele a faz sólida demais e por isso mesmo incerta. Este furo, operado pelo significante fálico no caso do neurótico, confere perenidade à realidade justamente por dar-lhe seu movimento metonímico fundamental (Vieira, 1999, p.98).

É o próprio Freud que nos indica esse mecanismo de retorno daquilo que não pôde ser simbolizado. A propósito, ele diz: “(...) agora percebemos que aquilo que foi internamente abolido retorna desde fora (Freud, [1911-3] 1969, p.95)”. O psicótico teria, então, que encontrar modos para lidar com os retornos deste não simbolizado: “O trabalho da psicose será sempre, portanto, uma maneira de o sujeito tratar os retornos no real, de efetuar conversões que civilizem o gozo até torná-lo suportável (Soler, 2007, p.187)”. Mas aqui cabe uma questão sobre esses retornos no real: não estamos todos, afinal, de algum modo, submetidos a ele? Não está o neurótico também diante do real, só que apoiado pelas ferramentas da fantasia?²⁵ .

Num primeiro momento do ensino de Lacan, o sujeito psicótico precisará suprir a falta do significante ordenador Nome-do-Pai, pois sem ele, o sujeito fica perdido, desamparado, objetificado. Ele diz: “O essencial é que o sujeito, seja por que lado for, tenha adquirido a dimensão do Nome-do-Pai” (Lacan, [1957-8], 1999, p.162).

Ou mesmo:

É esse o Nome-do-Pai, e, como vêm, ele é, no interior do Outro, um significante essencial, em torno do qual procurei centrá-los no que acontece na psicose – a saber, que o sujeito tem de suprir a falta deste significante que é o Nome-do-Pai. (Lacan, 1957-8, p.153)E, ainda, trazendo a marca da noção do *déficit*:

Não podemos deixar de sentir e pressentir que deve haver alguma coisa no princípio desse déficit, e que ela não é simplesmente a experiência impressa dos impasses das significações, porém a falta de alguma coisa que funda a própria significação, e que é o significante (Lacan, 1957-8, p.152).

²⁵ Essa discussão será apresentada adiante no capítulo 2, quando abordaremos a chamada *clínica universal do delírio*.

O delírio é, então, uma solução na psicose, já que passa a funcionar como suplência ao Nome-do-Pai foracluído. Mas é importante que se diga ainda que não é de qualquer delírio que falamos, e sim daquele capaz de se fazer metáfora, *metáfora delirante*, substituindo a ausência da metáfora paterna.

O sujeito, por não poder restabelecer de maneira alguma o pacto do sujeito com o outro, por não poder fazer uma mediação simbólica qualquer entre o que é o novo e ele próprio, entra em outro modo de mediação, completamente diferente do primeiro, substituindo a mediação simbólica por um formigamento, por uma proliferação imaginária, nos quais se introduz, de maneira deformada, e profundamente a-simbólica, o sinal central de uma mediação possível (Lacan, 1955-56, p.104).

A metáfora delirante logra produzir uma significação de natureza solitária e não compartilhável, dotada no entanto de extraordinário vigor, cuja potência retraça fronteiras, demarca superfícies, recria um mundo não excessivamente hostil onde o psicótico pode, de novo, viver. (Souza, 1999, p.41).

O que se evidencia com essa possibilidade de estabilização, contudo, é que ela se coloca no nível de uma compensação dos efeitos da foraclusão. Aqui a psicose se apresenta como deficitária em relação à neurose, há algo que falta e que precisa ser reparado: a metáfora delirante viria, nesse sentido, para suturar a ausência da metáfora paterna, numa tentativa de construção de um novo simbólico (Alvarenga, 2000; Soler, 2007). Por isso é que serão as estradas de chão aquelas que, efetivamente, mudam a direção do trabalho clínico e dão à psicose um outro lugar, não mais de déficit em relação a um modelo, e, sim, o de um outro paradigma.

Lançaremos aqui algumas das idéias sobre o que seria esse percurso pelas estradas de chão, procurando um paralelo com a teoria, mais

precisamente com o que parece enunciar-se nos últimos trabalhos de Lacan sobre a psicose.

De saída podemos dizer que há uma ênfase na idéia de que a psicose não pode mais ser vista como uma estrutura deficitária que necessitaria ser reparada, uma vez que os efeitos dessa leitura nos levaram a fazer muitas vezes uma clínica totalitária, orientada pelas diretrizes da neurose. Contudo, que fique claro, o fato de que não se pretende equiparar as estruturas ou ignorar suas evidentes diferenças e conseqüências na vida. O que parece fundamental é não fazer das diferenças o centro da compreensão clínica, e sim, perceber que talvez haja ganhos em olhar para aquilo que as aproxima, não para igualá-las, repito, mas para não fazê-las tão díspares, para nos darmos conta de que talvez estejamos dividindo a mesma paisagem, mas de modo singular.

Quando falamos, então, em estradas de chão é para já colocarmos a possibilidade de se fazer a travessia através delas, ainda que elas não sejam orientadas ou sinalizadas como são as estradas principais. A sua travessia exigirá, necessariamente, outros guias: não mais aqueles orientados pelo sentido, tendo o *simbólico* como base, mas não menos *reais*, através de operações que são bem concretas – atos, textos, modos de circulação – e que conferem uma possibilidade para se lidar com a crueza à que a psicose submete.

Para pensar teoricamente essas vias laterais nos aproximaremos da hipótese de uma pluralização dos nomes-do-pai, esboçada pelo próprio Lacan, quando coloca a possibilidade de que outros significantes que não exclusivamente o Nome-do-Pai do Édipo funcionem como sintomas, funcionem como anteparos para se lidar com o real (Miller, 1996 a e b & Vieira, 2004).

É certo que supor o Nome-do-Pai é Deus. Por isso a psicanálise, ao ser bem sucedida, prova que podemos prescindir do Nome-do-Pai. Podemos, sobretudo, prescindir com a condição de nos servirmos dele (Lacan, [1975-6], p.132).

Uma possibilidade de entendimento desse difícil aforismo de Lacan seria a de que, para prescindir do Nome-do-Pai, a condição possível é saber utilizar-se de algo que ele nos deixa, a saber, a sua função de nomeação. Ou seja, o pai como nome não é o mesmo pai que nomeia (Lacan 1975-76, p.163) e ao ficarmos com este último – indicação que é a que Lacan parece apontar – estamos entendendo que a nomeação não traz com ela os efeitos de significação, ela é antes um ato. O que disso fica para a clínica da psicose é aquilo de que buscaremos nos aproximar ao longo deste trabalho.